

Adolescência, Adolescentes e Novas Representações do Sistema Família
Adolescence, Adolescents and the New Representations of the Family System

Paolo Bucci¹

Resumo

O tema tratado neste artigo diz respeito à questão daquilo que implica, no âmbito do sistema família, o período da adolescência dos filhos. Com as importantes transformações corporais e psíquicas dos filhos adolescentes, os pais encontram-se na situação de ter que renegociar seu inteiro mundo relacional e suas representações: sua forma de se representar em relação a si mesmos e ao outro, com o filho e na condição de serem filhos eles mesmos, com sua forma de se representar no plano da identidade de gênero. A turbulência das transformações da adolescência reverbera numa profunda turbulência dos perfis de genitores e, na medida em que os adultos conseguem elaborar essa fase crítica da vida, poderão, também, acompanhar e ladear as manifestações mais ou menos desarmônicas do filho adolescente. A contribuição é introduzida por uma premissa que constitui o quadro teórico de referência para a leitura dos fenômenos descritos. Por um lado, a teoria da complexidade, a filosofia construtivista e o conceito de autorreflexividade e, por outro, a referência a uma hipótese psicanalítica que possibilita repensar a questão da relação entre corpo e mente contribuem para definir o estado da adolescência como um fenômeno complexo, incidível do grupo familiar. O artigo encerra-se com algumas considerações acerca da necessidade de incluir a família no tratamento de adolescentes.

Palavras-chave: *adolescência, adolescente, sistema família, sistema terapêutico, individualidade, intersubjetividade, complexidade, corpo-mente, relação, saber sobre a relação/viver a relação.*

Premissa Teórica

A quem o corpo fala?

¹ Psicólogo, psicoterapeuta, sócio fundador do Istituto Psicanalitico di Formazione e Ricerca "A. B. Ferrari", sócio ordinário da Società Italiana di Psicologia e Psicoterapia Relazionale e didata da Escola Romana de Psicoterapia Familiar. E-mail: p.bucci@mclink.it.

Antes de enfrentar o tema em questão, acredito ser necessário deter-me sobre algumas premissas teórico-clínicas e, especialmente, sobre os aspectos da relação entre dimensão psíquica e dimensão corporal, questão que, no período da adolescência, ganha, como é óbvio, uma relevância e uma urgência peculiares.

O tema da relação entre corpo e mente é preponderantemente enfrentado no âmbito específico dos fenômenos psíquicos definidos *transtornos psicossomáticos*. De fato, nas várias disciplinas psicológicas, é amiúde eludida a possibilidade de considerar a relação entre dimensão corporal e dimensão psíquica como aspecto estruturante de qualquer processo de pensamento. Essa atitude a relegar constantemente o corpo no implícito talvez encontre uma sólida ancoragem no contexto da tradição cultural e científica do pensamento ocidental. Por conseguinte, com excessiva frequência, à fisicidade e à corporeidade não resta outro destino senão aquele de serem menosprezadas por quem cuida dos aspectos psicológicos.

Também nas teorias sistêmicas, embora a dimensão corporal seja inserida como aspecto implícito constituinte de qualquer relação, nem sempre o tema da unidade funcional constituída pela relação entre corpo e mente é suficientemente considerado como elemento fundamental de qualquer possível interação humana.

De fato, individualidade e intersubjetividade não estão em oposição: são necessariamente complementares. A presença e a necessidade do Outro é tão intimamente próxima que temos que nos perguntar como chegamos à noção de sermos separados e distintos do outro e responsáveis por nós mesmos.

Com a pergunta “A quem o corpo fala?”, pretendo inaugurar uma questão com a qual estou deparando-me no processo de expansão de meus conhecimentos e minhas modalidades operacionais em âmbito clínico. Trata-se da questão da autorreflexividade, isto é, da maneira com que os indivíduos consideram a si mesmos como sistema observante internamente ao sistema terapêutico. Como sistema, isto é, capaz de construir sua própria realidade (Von Foerster, 1987).

O fato de assumir a autorreflexividade como princípio de método induz-me a não me limitar a prestar atenção à maneira com que o pensamento formal se configura. Penso, com efeito, que emoções, preconceitos, fantasias concorrem à formação das teorias implícitas dos terapeutas e revestem um papel determinante na construção da realidade terapêutica.

A análise das teorias implícitas, das premissas socioculturais e das representações dos terapeutas configura-se assim como um instrumento importante da psicoterapia e é central também para a leitura de dinâmicas que se apresentam nos contextos que envolvem a ativação de múltiplas intervenções por parte de várias figuras profissionais (ou, em âmbito institucional, com situações de especial desarmonia por parte de vários serviços). Tal análise implica, em primeiro lugar, a necessidade de examinar as ideias compartilhadas pelos vários profissionais a respeito dos conceitos de cronicidade, de rede de intervenção, de terapia, de reabilitação e, também, de “serviço”. A modalidade contradiz os princípios da denominada “primeira cibernética”, em que o observador é colocado fora do sistema observado e considera que possa operar para modificar as modalidades de funcionamento que tem diante de si.

Ao redor dos anos 1980, ganhou forma, também em âmbito teórico-clínico, uma transformação dessa configuração derivante da Cibernética de Primeira Ordem, ocasionando aquilo que, sobretudo no âmbito dos estudos de Física, ficou denominado como Cibernética de Segunda Ordem. A reflexão epistemológica à qual foi dado o nome de Construtivismo, com todos seus sucessivos desdobramentos, abrange, justamente, princípios derivados da Cibernética de Segunda Ordem e da denominada teoria da complexidade (Bocchi & Ceruti, 1985; Morin, 2011). A transformação epistemológica própria da afirmação dessas perspectivas possibilita que os clínicos formulem, para si mesmos, novas perguntas e ponham novos objetivos. Por exemplo, ganha relevância o papel ativo, a contribuição, a corresponsabilidade que cada indivíduo (inclusive o portador do sofrimento) tem em qualquer situação de desconforto, ao criar e manter as condições do sofrimento. Em outras palavras, assume uma posição central o encontro entre as opiniões do terapeuta e os modos e formas com que se expressa o sofrimento, quer do indivíduo singular, quer do sistema familiar (Varela, 1979).

A possibilidade derivante de considerar a relação com o paciente de forma não mais autoritária e unidirecional abre espaço para um trabalho clínico até em situações de elevadíssimo sofrimento psíquico que, até então, tinham encontrado uma resposta preponderantemente de tipo médico-farmacológico.

O aspecto arrebatador dessas transformações estava no fato de que tais possibilidades levantavam interrogativos relativos não apenas aos aspectos teóricos da abordagem sistêmica, mas também à própria noção de terapia e à identidade do terapeuta.

A perspectiva epistemológica derivante dessas contribuições, antes mesmo de transformar a maneira com que os psicoterapeutas explicavam o sintoma ou a patologia, questionou os pressupostos que embasavam a psicoterapia enquanto fenômeno, ao mesmo tempo, científico e social.

A ideia que agitou o “mundo dos terapeutas sistêmicos” é que o observador, longe de se situar externamente ao processo de conhecimento, participa ativamente da construção do sistema observado e, a todo o momento, relaciona-se com ele mediante uma compreensão que altera sua própria relação com o sistema.

Com o Construtivismo e a teoria da complexidade, não desmoronava apenas a ideia confortável do conhecimento objetivo, mas também a distinção apaziguadora entre compreensão e intervenção. Nessa perspectiva, pensar que análise da demanda, a observação dos modelos interativos, a coleta de informações relativas à história da família e o eventual diagnóstico possam ser colocados em um *tempo um* e a intervenção terapêutica, em um sucessivo *tempo dois* é algo ilusório: conhecer é intervir, e o conhecer está, sobretudo, ligado à necessidade de o terapeuta refletir sobre seu modo de pensar, sobre seus sistemas de referência, de forma a avaliar as consequências que, no plano social e interacional, geram as operações cognoscitivas que realiza face ao paciente e de seu sistema significativo.

Essa abordagem também, todavia, esconde o risco da objetivação em relação ao uso que, desses aspectos, pode-se fazer na relação com o paciente, até assumir posturas corretas do ponto de vista formal, mas tão teóricas, que não permitem que o terapeuta esteja em relação com quem quer que seja.

Não há nada criado na *intersubjetividade* que não contenha, também, a *individualidade*. Não consigo mesmo compartilhar que, dentro de uma cultura da relação assim como hoje podemos considerá-la, haja espaço para a ideia de que as relações “causem” o indivíduo. Isso é impossível, seria como reintroduzir uma relação linear exatamente no ponto em que pensávamos de querê-la ultrapassar. A relacionalidade é algo que nos atinge constantemente, que não pode ser claramente distinta e, na melhor das hipóteses, como afirma Varela, temos que nos perguntar como é possível que um indivíduo consiga se definir dentro de um universo relacional.

Isso não significa observar de que forma os outros determinem o indivíduo, mas como o indivíduo, dentro do universo de relações em que se encontra, consegue definir a si mesmo, definir seus valores, fazer suas escolhas, pagar um preço por tais escolhas no contexto em que está vivendo.

Acredito que um dos limites do Construtivismo tenha coincido com a identificação do observador como único criador da realidade que ia observando. Afirmava Von Foerster: “Antes eu, depois o mundo”, afirmação emocionante mas que, com o passar do tempo, mostrou seu limite. Dessa forma, com efeito, existe o risco de recriar, na relação terapêutica, uma tendência unidirecional. O terapeuta torna-se a única testemunha daquilo que ocorre na família. E esse é um risco muito perigoso.

Surge, então, a questão de como poder entrar nesse universo de conversação. Questão que desagua, também, na busca, por nossa parte, de sistemas aptos a identificar esse indivíduo que somos nós mesmos. Um indivíduo que cria as interações e que, nas interações, cria-se; um indivíduo que não pode deixar de levar em conta sua emocionalidade e que, a partir do diálogo consigo mesmo, pode usufruir e dispor das oportunidades relacionais que o contexto de vida lhe disponibiliza. Isso nos leva a considerar mais e melhor as hipóteses que utilizamos para formular um conceito de *indivíduo* e as teorias que consideram a dimensão da intersubjetividade.

Diferente é, a meu ver, considerar a mãe como primeiro objeto do funcionamento psíquico do indivíduo do considerar o corpo como primeiro objeto do funcionamento psíquico do indivíduo (Ferrari, 1992).

Acredito que seja o que provém de nosso corpo que indica aquilo que necessitamos. Dirigir-se externamente é óbvio, já que, internamente ao sistema do indivíduo, não existem as condições para ele poder enfrentar autonomamente as próprias necessidades. É em nosso substrato biológico que encontramos a exigência de nos dirigir externamente, mas se trata de um “exterior” que nada mais é senão uma oportunidade de ativar nossa capacidade de recuperar recursos, nossa capacidade de fazer de nós aquilo que podemos dizer *sermos nós mesmos*.

Dei-me conta, no decorrer de minha formação, do fato de que a possibilidade de estar em relação não estava ligada somente ao modelo teórico de referência adotado, mas também à possibilidade de utilizar a mim mesmo na relação.

A pergunta *A quem o corpo fala?* nasce justamente do ter percebido que tenho que lidar também com minhas emoções, minhas percepções e meus sentimentos, com minha corporeidade;

isto é, de ter que incluir, entre os fenômenos observados, também a mim mesmo enquanto indivíduo que participa de seu próprio viver e contribui com a construção da realidade que lhe diz respeito.

Dar voz, tornar dizível aquilo que brotava desse encontro com minha corporeidade não foi simples. Esse *mim mesmo* com quem me deparava era a coisa mais bizarra e desconhecida que poderia ter encontrado. Como enfrentar essa realidade?

A perspectiva que poderia, de maneira reduzida, definir *construtivista* me conduziu, de um lado, a poder construir dentro de mim mapas que me permitiam entrar em relação com situações clínicas muito graves, a observar que tinha capacidade para interagir em contextos caracterizados pela presença de grande sofrimento. Por outro lado, todavia, sistematicamente chegava a uma espécie de ponto cego: a atitude do terapeuta empenhado a explicar se torna, na maioria das vezes, um obstáculo à expressão dos aspectos evolutivos da relação terapêutica e o *saber sobre a relação* não ajuda a *viver na relação*.

Na minha experiência, as tentativas de explicar ao outro, quer que se trate de um sistema individual, quer de um sistema familiar, acabaram fracassando.

Retorna, aqui, o tema da autorreflexividade. O que quer dizer *viver na relação*?

Continuando a busca nessa direção, o encontro com a hipótese do OOC (Ferrari, 1983, 1992, 1994, 1998, 2005) deu-me instrumentos para lidar comigo mesmo e para entrar em relação com minha corporeidade, entendida não como corpo-soma, mas como corpo vivido, corpo provido de sensações, emoções, percepções, sentimentos.

Enquanto vivo, não posso considerar a *alteridade*. Esta é parte de minha subjetividade. Acredito que não se possa considerar o indivíduo senão dentro de uma relação.

Mas relação com quem?

Talvez, o paradoxo nasça com o homem: situa-se intimamente no fato de que nós, ao mesmo tempo, *possuímos nosso corpo e somos nosso corpo*.

Não ocorrendo acontecimentos específicos a respeito de nossa corporeidade, vivemos nossa vida sem nenhum problema. Mas quando, por alguma razão, chega um sinal de nosso corpo, inclusive em situações fisiológicas, como a menarca, as transformações da adolescência, a menopausa, a doença, a velhice etc., torna-se necessário entrar em relação com o corpo e dar conta de seus limites e possibilidades.

À luz do vértice de observação que até aqui tentei esboçar, pude repensar a *fase da adolescência* como algo que não interessa somente o indivíduo que se torna adolescente, mas também o contexto ao qual ele pertence, e me interessei na reflexão sobre a complexidade do fenômeno da adolescência no contexto mais amplo do grupo familiar.

Nessa perspectiva, o que muda não é apenas a maneira de ler o fenômeno psíquico, mas também, como dizia, a maneira de entender a relação terapêutica, coisa que acenarei no final desta, embora parcial, contribuição.

Antes de tudo, o que entendemos com *adolescência*?

Adolescência

As referências mais comuns e compartilhadas relativas à adolescência definem-na como *fase de passagem, etapa decisiva de separação, período de crise, fase de desvinculação da família*, caracterizada por complexidade e problemática notáveis devido às profundas alterações que interessam não apenas o equilíbrio orgânico, mas também a estrutura intelectual, a integração socioafetiva e a imagem que cada um tem de si e do ambiente.

Essas definições colocam-se em um registro descritivo que se, por um lado, ajuda a definir a adolescência como fase da idade evolutiva com características específicas, pelo outro, ainda não permite sua suficiente delimitação. Deriva disso o perigo de utilizar perspectivas que, privilegiando o ponto de vista da infância ou do mundo adulto, levem em maior consideração o ponto de partida ou de chegada de um percurso ainda necessariamente obscuro para quem o está percorrendo. Obscuro, talvez, também, para quem está ao lado do protagonista.

Isso implica o risco de se servir de instrumentos não suficientemente funcionais e respeitosos para poder entrar em relação com um mundo que tem a característica de não estar já pronto, mas de se fazer ao acontecer: o mundo do adolescente.

Em sentido amplo, poderíamos entender a *adolescência* como uma atitude de contínua busca ontogenética do próprio “*ser*” diante das prementes solicitações provenientes da esfera da corporeidade e em relação às vicissitudes da existência. Toda nossa vida é marcada por essa condição, mas, na fase indicada como período da puberdade, ganha alguns aspectos extremamente específicos e caracterizantes.

No decorrer da adolescência, as transformações físicas e psicológicas de fato são tamanhas que o garoto ou a garota só podem tentar ficar atrás dessas mudanças procurando, de alguma forma, manter um equilíbrio, como se estivessem numa prancha, segurando as ondas, para usar uma metáfora. Mas aqui, diversamente das outras fases da vida, o processo de busca coincide com o mesmo objeto da busca, já que a distância entre percepção (o que provém da corporeidade) e experiência (o que pode ser elaborado pelas funções psíquicas) é mínima.

Se, com o nascimento, junto a outras funções, ativa-se, também, a psíquica com o fito de amenizar a intensidade das primeiras sensações corporais, na adolescência, com a eclosão transformativa do corpo, o jovem enfrenta uma condição crítica. Deve assistir à mudança de seu corpo e gerir a transformação rápida e radical do corpo e de suas funções; como nas *Metamorfoses* de Kafka, em que o protagonista acorda, um belo dia, no corpo de um grande inseto que funciona com modalidades que lhe são desconhecidas e no qual ninguém o reconhece.

Ao se manifestar, a adolescência apresenta-se como uma condição tanto revolucionária quanto perturbadora, quer para o indivíduo no qual acontece, quer para o contexto ambiental e, sobretudo, para o sistema família, alvo de violentas solicitações.

A complexidade dos acontecimentos que caracterizam a adolescência pode ser sintetizada em alguns tópicos:

1. O adolescente é, de fato, colocado na sociedade em condição de ter que operar escolhas urgentes. Nesse sentido, a adolescência é uma área específica com características, dinâmicas e defesas próprias, as quais não podem ser reconduzidas à área conflitiva da infância. Tudo é solicitação e pressão: seu corpo em contínua mudança, o crescimento que, angustiadamente, obriga-o a fazer as contas com o passar do tempo; o mundo externo que já não pode mais ignorar escondendo-se por trás dos *poderes mágicos* do passado; as incertezas das próprias capacidades; a espera ansiosa do futuro, rica de esperanças, sonhos, temores, dúvidas e curiosidades. É necessário recomeçar da estaca zero em qualquer campo: em relação a si mesmo, aos outros, à vida. Como o recém-nascido tinha a tarefa de dobrar seu peso em seis meses para não por em risco sua vida, agora, o adolescente tem a urgência de se formar, informar-se e se pôr à prova em um curtíssimo prazo para não pôr em risco a qualidade de sua vida.

2. O adolescente está em busca de uma identidade e de uma nova representação de si mesmo. As invenções e as explicações da idade infantil não são mais suficientes. As vivências da

dimensão corporal e do mundo externo levam-no a rever e renegociar suas próprias teorias sobre si mesmo e sobre a vida. Isso implica uma condição dupla: por um lado, é convidado a *fazer para conhecer* e para ganhar novas experiências; por outro, está exposto às contínuas frustrações que o induzem a manipular os dados perceptivos na tentativa de evitá-las.

3. O adolescente dispõe, como forma expressiva peculiar dessa fase, da possibilidade de agir. Prefiro considerar o agir e os agidos na adolescência como modalidades expressivas peculiares e não como modalidades transtornadas de comportamento. Com efeito, o fazer e o conhecer, na experiência da adolescência, coincidem: o corpo do adolescente tem a peculiaridade de se fazer e, ao mesmo tempo, ser objeto de conhecimento. Essa condição possibilita a diferenciação significativa do conceito de *acting-out*, comumente utilizado pelo adulto. A ação, para o adolescente, adquire outras valências, como a interação comunicativa, a possibilidade de exploração e compartilhamento dos próprios estados de espírito e, sobretudo, a compreensão do novo significado e do novo valor experiencial contidos na ação.

4. A presença de agidos, assim como de outros comportamentos sintomáticos, não nos autoriza, de forma alguma, a afirmar que a causa do mal-estar do adolescente deve ser identificada em sua família. A meu ver, representa mais as manifestações visíveis de um sofrimento que, com as devidas diferenças, pertence ao inteiro núcleo familiar.

O Adolescente e o Sistema Familiar

O que quero destacar é o que ocorre no sistema família em que os pais, em paralelo com o quanto acontece no filho adolescente, enfrentam um clima denso de perturbações e incertezas.

O inteiro sistema familiar vive um sentimento de ameaça dos equilíbrios constituídos na situação infantil ainda recente. De repente, é necessário assumir decisões urgentes e totalizadoras. Aos pais, prospecta-se a necessidade de perder a representação de suas funções de genitores, considerada, até então, geralmente válida, e a necessidade de enfrentar a angústia ligada, comumente, com a perda de controle sobre o comportamento do filho; são chamados a organizar repentinamente uma perspectiva em que ele possa se tornar um sujeito autônomo e responsável a todos os efeitos.

Nessa fase, é muito importante a capacidade de cada um dos pais “silenciar” por dentro e na relação entre si. Um silêncio que corresponde a um espaço potencial no qual se pode captar da própria

bagagem de experiências e que, inevitavelmente, leva a reconsiderar as próprias modalidades de terem sido adolescentes. Em outras palavras, também, para os pais, faz-se presente a necessidade de uma renegociação da própria imagem de si.

Com efeito, os pais devem reorganizar a representação de seu filho, que não é mais uma criança, nem, tampouco, adulto, e isso implica necessariamente na obrigação de reconsiderar tanto a modalidade de se relacionar com o filho, quanto a forma com que os dois pais relacionam-se entre eles no contexto de ser um casal.

Porém, isso não é suficiente: são, ainda, compelidos a ter que reconsiderar, também, a própria maneira de se relacionar cada um com sua família de origem e, sobretudo, a forma com que cada um se relaciona consigo mesmo.

A coisa mais arrebatadora, porém, nem sempre em nível consciente, aquilo que, nessa fase, sofre um forte impacto, é a forma com que cada um dos pais representa-se em relação à própria corporeidade e identidade de gênero. De fato, se quiséssemos aprofundar ulteriormente a questão da adolescência no contexto do sistema familiar, poderíamos nos perguntar de que forma são chamados em causa os pais, a depender se, a encontrar-se na fase da adolescência, é um filho ou uma filha. Por exemplo, ao eclodir da feminilidade na própria filha, a mãe deverá considerar as transformações que estão ocorrendo na sua própria dimensão corporal, os sinais do tempo no s se transformar da sua própria feminilidade. E a aquisição da própria identidade de gênero no filho altera, no pai e na mãe, a forma com que se consideram e se percebem homem e mulher.

A adolescência do filho obriga a uma revisão da própria identidade de gênero e da própria identidade em sentido amplo e representa um impulso poderoso a se colocar no próprio tempo: a dimensão temporal irrompe como dado inelutável, *como flecha do tempo*.

Enfrentar tudo isso requer disposição a aceitar a mudança: a adolescência continua pelo inteiro curso da vida enquanto oportunidade de ampliar a própria busca ontogenética, especialmente nos casos em que se viveu a ilusão de poder contornar a angústia do desconhecido e da irreversibilidade do tempo quando se era adolescente.

É oportuno lembrar que os adultos, os pais, não são mais *adolescentes* e não enfrentam esse momento na maneira com que pode enfrentá-lo o adolescente. Nessa fase, a corporeidade do adolescente explode e impulsiona a criatividade, a possibilidade de engendrar, a vida plena e madura.

Para os pais, trata-se de uma autêntica prova à qual são submetidos os próprios modelos de masculinidade e feminilidade, já estavelmente adquiridos e que não são postos em discussão há tempo.

A diferença substancial está no fato que, para os adultos, existem teorias muito precisas que afundaram suas raízes com o passar dos anos a respeito daquilo que possa significar se tornar adulto; teorias que também dizem respeito ao seu se tornar adulto. Teorias que não apenas podem atrapalhar o próprio percurso de conhecimento e construção de si, mas também – e sobretudo – constituir um grande obstáculo na relação com as transformações radicais e profundas do filho adolescente. Assim, pode ser gerada uma profunda e dificilmente recuperável cisão entre os dois mundos, ou uma espécie de conluio entre a necessidade dos pais de impor seus próprios modelos ao filho e a necessidade do adolescente de evitar a angústia ligada ao desconhecido, que se torna obstáculo à própria heroica, entusiasmante e dolorosa busca do seu específico modo de ser.

Para o adolescente, tudo isso é algo que ainda vai se fazer. Ele ainda não teve o tempo de construir suas teorias sobre si e sobre o mundo, ainda está dominado por seu devir, todavia inconsciente. Certamente, também o adolescente dispõe de teorias acerca do se tornar adulto construídas ao longo de um percurso que, da infância, levou-o ao limiar da adolescência; mas as tarefas e as urgências às quais deve responder são tamanhas que essas teorias resultam pouco utilizáveis ou passam para um segundo plano face à pressão daquilo que é mais urgente dentro dele. Em outras palavras, a possibilidade de se encontrar em um ponto do viver que proponha, de forma particularmente intensa, aspectos de imprevisibilidade diz respeito a todos, pais e filhos, mas as formas e maneiras com que esses momentos são enfrentados podem ser diferentes.

No contexto do grupo familiar, portanto, a adolescência contribui para a criação de uma condição em que tanto os pais quanto os filhos descobrem ser desconhecidos a si mesmos. O adolescente deverá encontrar suas maneiras pessoais de dar respostas àquilo que, nele, compele rumo ao se tornar adulto, e, ao mesmo tempo, os pais também deverão reconsiderar suas modalidades de responder a um evento novo: algo desconhecido, que, todavia, constitui um forte e necessário apelo à forma com que eles mesmos agiram diante de sua adolescência.

Muitos são os acontecimentos, e, por isso, todas as teorias sobre o se tornar adulto de que os pais estão saturados não são funcionais no se relacionar com o filho adolescente e podem até mesmo gerar obstáculos, interferência ou conluio com sua angústia.

Teorias que, entretanto, desenvolvem a função de apaziguar em parte sua angústia, já que alimentam a ilusão de um seu “saber presumido” em face de um filho que “ainda não sabe”. Esse saber serve de suporte à angústia análoga do filho: ele tampouco é capaz de saber sobre si mesmo, senão, justamente, por meio do *fazer*. E assim acontece que, com seus comportamentos, o adolescente acaba pondo à prova todo aquele saber presumido nos pais até detoná-lo completamente.

Com efeito, observamos que esses comportamentos orientam-se exatamente para as áreas de maior incerteza ou rigidez dogmática das teorias dos pais, que acabam assumindo a função de ponto de referência: o adolescente pode contestar ou pode se adequar, realizando, a depender da escolha privilegiada, modalidades de comportamento muito diferentes em um leque que vai da rebelião máxima à máxima adequação, protegendo-se, em ambos os casos, da angústia e da dor do não saber sobre si, da solidão, da incomunicabilidade, do silêncio necessário ao emergir de pensamentos próprios, originais e exclusivos.

Se essa proteção pode, dentro de determinados limites, resultar-se funcional, estabilizar-se ou se prolongar da oscilação entre esses dois polos ou da utilização exclusiva de um dos dois, poderia resultar muito disfuncional para uma adequada expansão das funções egoicas do jovem.

O adolescente pode continuar a fazer a criança, ou se adequar ao comportamento adulto *como se fosse* adulto, ou, coisa necessária e desejável, pode viver sua turbulência de adolescente.

Sintetizando: com a adolescência, estamos diante de um elevado grau de complexidade e podemos dispor de vértices que concorrem a fornecer sua configuração:

- a relação que cada indivíduo (adolescente ou adulto) tem consigo mesmo;
- a interseção dessa relação consigo mesmo com a própria maneira de se representar em relação ao outro de si e a maneira com que uma e outra dão forma e se formam no contexto da organização familiar;
- a maneira com que esses diversos níveis de relação intersectam-se na relação com as respectivas famílias de origem;
- no pano de fundo da transformação de todos esses níveis de relação, um inevitável e necessário transformar-se das imagens míticas presentes em cada um dos protagonistas, a respeito de si e de seu estar no mundo.

Ao surgir da adolescência dos filhos, o sistema familiar é submetido a pressões importantes em todas as direções: a do filho, que, por um lado, mantém suas teorias infantis, porque ainda não dispõe de outras, enquanto o corpo empurra para direções opostas a essas teorias e, portanto, para a necessidade de reformulá-las.

A direção dos pais, que devem rever seu “ser para o filho”: de uma posição de cuidados, orientada a fornecer, sobretudo, calor e proteção, os pais devem poder experimentar modalidades de relação fortemente contraditórias e, por vezes, testar a relação com o filho ao invés de obter confirmação do status quo ante. Esta condição envolve a capacidade de enfrentar o novo e o imprevisto, a perda das funções e das modalidades de relação que caracterizaram a vida familiar até então.

Ao lado do grupo familiar, há, ainda, o grupo social que fornece, aos jovens, modelos de comportamento e ideologias que podem ulteriormente amplificar em conluio o impulso já existente nos adolescentes ao *fazer para se realizar*, sem, ao mesmo tempo, *perguntar-se o porquê desse fazer*. O fato de ter que cumprir tarefas, ter que ser eficaz, ter que alcançar objetivos pode acabar favorecendo a distração da tarefa realmente central nessa fase da vida, que é a de assumir gradativamente a responsabilidade em relação a si mesmo e em relação às consequências das próprias ações, no mundo.

Muitos exemplos desse fenômeno são descritos na literatura, bem como em filmes, de qualquer época. Entre todas essas produções, achei particularmente interessante o exemplo de um filme, do diretor Gabriele Muccino, em que os pais, com um passado de revolucionários, de intelectuais progressistas e abertos às mudanças, não conseguem suportar a pressão da confrontação entre o se tornar adolescentes dos filhos e o espaço entre as duas gerações ergue dramaticamente um muro de incomunicabilidade entre os pais, imbuídos de expectativas *maduras* e intelectuais em relação aos filhos, e o grupo dos jovens adolescentes, preocupados com o correto funcionamento de seus corpos na dimensão sexual ou da capacidade de saber conquistar e, em todo caso, serem aceitos na relação com o outro sexo: a incógnita dramática e repleta de esperas e expectativas míticas da *primeira vez* que acomete todos, garotos e garotas, jovens homens e mulheres, marcando a passagem de uma condição, de um *antes*, a outra condição, a um *depois*. E nessa passagem, os indivíduos estão sozinhos: não existe fala, previsão, fantasia, não há *saber predefinido* que possa ajudar (pode atrapalhar, mas certamente não ajudar).

É aqui, se acompanhados por uma mínima capacidade de auto-observação, que é gravada, profundamente e com força, no ser humano, a experiência do *não saber* e a experiência da solidão, entendida como o estar só consigo mesmo, que, daquele momento em diante, acompanharão o indivíduo em sua aventura ontogenética.

Gostaria, agora, de inaugurar uma questão: a da comunicação, conceito amiúde mal entendido, quer por parte dos adultos, quer dos adolescentes.

É frequente que se considere eficaz a comunicação somente em relação ao fato que a realidade coincida com os próprios desejos. Nesses casos, diria que talvez falte uma vontade real de comunicar, que se verifique um se subtrair a uma comunicação funcional. Em outras palavras, evita-se enfrentar a difícil tarefa de decodificação das próprias necessidades e a confrontação com o mundo externo na tentativa de instaurar uma relação exclusivamente funcional às próprias necessidades. Nesse sentido, é denominada comunicação a busca de uma correspondência imediata entre interno e externo, sem implementar, na verdade, nenhum esforço para comunicar o que quer que seja.

Na verdade, junto a Ferrari, diria que a única comunicação possível ocorra internamente ao indivíduo no espaço da relação entre o conjunto de percepções, sensações e emoções e as formas expressivas que, a cada situação, estas vão assumindo no espaço psíquico subjetivo. Quanto dessa comunicação pode realmente ser compreendida pelo Outro? Ou talvez poderíamos afirmar que cada um tenta manifestar, tornar público aquilo que vai ganhando forma na comunicação consigo mesmo na esperança de ser compreendido pelo Outro. Entretanto, essa compreensão desejada e desejável, em virtude da qual se realiza o esforço de expressar o que ocorre dentro de cada um de nós, é dificultada pelo fato que, ao final, cada um pode conhecer e se representar o mundo por meio da própria subjetividade, em primeiro lugar por meio da própria corporeidade, única, originária e original.

E não estamos totalmente cientes do fato que, no afã de sermos compreendidos pelo outro que está fora de nós, estamos, mais uma vez, dando uma forma a nós mesmos e, sobretudo, que, nesse tornar público o que ocorre na relação entre nós e nós mesmos, estamos assumindo, de forma definitiva, a plena responsabilidade disso.

Portanto há de se dizer que, ao receber uma comunicação por parte do Outro, o indivíduo pode ser saturado pelo dado de realidade e, para retornar ao tema deste artigo, na relação entre pais e filhos quando o filho expressa um pedido, por exemplo, que lhe seja comprada uma moto – a *moto* torna-se o *problema*. Todavia, observando com cuidado a *forma* com que ele pede, abre-se espaço a

fortes dúvidas sobre aquilo que, dentro de si, esteja realmente esperando: quer ou receia querer? As duas possibilidades viajam amiúde lado a lado. Aqui, o problema assume contornos mais sérios para o genitor, porque a questão é colocada em um fato concreto e a resposta, portanto, só pode ser concreta, apesar de não ter, na maioria das vezes, clareza sobre a razão pela qual o pedido deveria ser aceito ou rejeitado.

Questões de Técnica

Ainda hoje é possível encontrar posições que oscilam entre a hipotética bondade de uma abordagem psicoterapêutica individual dedicada ao adolescente e a hipotética bondade de uma abordagem psicoterapêutica familiar dedicada ao adolescente junto à sua família.

Com base nos pressupostos descritos na parte inicial deste artigo, acredito que seja esta uma maneira de formular a questão não funcional ao problema do trabalho psicoterapêutico.

Acredito que a questão não seja mais rastrear indicadores da abordagem eletiva ou de se abrigar por trás de tautológicas explicações referidas aos modelos de intervenção específicos. É oportuno sermos um pouco mais audazes em relação aos instrumentos dos quais dispomos e começar a considerar alguns pontos acerca dos quais, parece-me, existam muitas convergências, sobretudo por parte de quem tem oportunidade de se confrontar com as situações clínicas.

Em uma perspectiva que inclui a consideração da complexidade, é hoje ponto relativamente pacífico que, quando o trabalho acontece com crianças, adolescentes ou em situações psicopatológicas muito graves, seja indispensável, para poder considerar a relevância da família dentro do projeto psicoterapêutico, ou, até mesmo, a de outras figuras significativas (professores, médicos, psiquiatras, interação com as instituições e outras). Essa posição, que não exige ser resolutiva, permite-nos, entretanto, situar os problemas de natureza clínica e metodológica dentro de possíveis áreas de pesquisa mais respeitadas da complexidade da realidade que observamos por meio de quem recorre a nós para receber ajuda.

O grupo familiar, na maioria das vezes, apresenta-se como uma massa emocional *conglomerada no Eu* (Bowen, 1979), com um conjunto de indivíduos cujo processo de individuação e separação está incompleto, em andamento ou necessita amadurecer. Questões práticas, como por exemplo o pagamento, o número das sessões, seus horários, que podem exigir que os adultos acompanhem os jovens etc., e questões emocionais tornam necessário incluir no tratamento, também,

os pais do garoto ou da criança interessada. Cada genitor constrói sua própria forma subjetiva de ver o filho, que poderia interferir com seus processos de crescimento e amadurecimento ontogenético, cada genitor poderia usufruir da enorme riqueza gerada pela situação crítica, de transformação rápida e radical de seu filho para poder voltar a rever os próprios modelos, os próprios mitos pessoais, a própria maneira de ser em relação a si mesmo e ao outro.

No caso de intervenção com a criança ou o adolescente ou em situação de grave psicopatologia, portanto, não podemos não levar em conta a família, mas a possibilidade de escolher um nível de intervenção familiar ou individual diz respeito ao tipo de atitude que o indivíduo ou o grupo familiar assume face ao problema. Não se trata de aderir passivamente à definição do problema que a família ou o indivíduo formulam, mas, ao contrário, é justamente a definição do problema que se torna um primeiro nível de negociação da relação terapêutica que se faz presente.

A maneira com que, no âmbito de um primeiro encontro, apresenta-se a situação geral deve ser levada em consideração para poder identificar as potencialidades do sistema e as modalidades peculiares que, de forma mais funcional, podem ser propostas como embasamento do tratamento da situação.

Penso, portanto, que nossa função de analistas e psicoterapeutas consista em ativar processos vitais e de pensamento e em *curar, tout-court*. No pedido de socorro que os pacientes nos formulam, dentro do qual não há nada a ser curado senão a implícita atestação do estereótipo de encontro com “o terapeuta que cura a doença”, são desdobradas e representadas as únicas modalidades que, para eles, foi possível utilizar até aquele momento para poder enfrentar as dificuldades. É preciso que possam chegar a observar, reconhecer e avaliar essas modalidades nos seus limites e suas implicações para que possam descobrir em si mesmos e escolher, se assim o desejarem, modalidades diferentes. Nossa tarefa, portanto, torna-se a de auxiliar uma escolha dentro do contexto terapêutico sem obrigar ninguém a se tornar aquilo que nós acreditamos ser justo que se tornem.

E, sobretudo, se queremos levar em consideração a complexidade do fenômeno da adolescência, quer no plano individual, quer familiar, não podemos aderir a modalidades de abordagem predefinidas, mas temos que nos tornar aptos a enfrentar o novo, o desconhecido, aquilo que para nós é sempre uma primeira vez, com instrumentos flexíveis e abertos, dispostos a modularmos e nos modular com aquilo com que estamos nos propondo a entrar em relação.

Referências

- Bocchi, G. & Ceruti M. (1985). La sfida della complessità. In G. Bocchi & M. Ceruti. *Cibernetica ed epistemologia: storia e prospettive (a cura di)*. Milano: Feltrinelli.
- Bowen, M. (1980). *Dalla famiglia all'individuo. La differenziazione del sé nel sistema familiare, a cura di Maurizio Andolfi e Marcella De Nichilo*. Roma: Astrolabio.
- Ferrari, A. B. (1983). La relazione analitica. Sistema o processo? *Rivista di Psicanalisi*, 29(4), 476-496.
- Ferrari, A. B. (1992). *L'eclissi del corpo. Un'ipotesi psicoanalitica*. Roma: Borla.
- Ferrari, A. B. (1994). *Adolescenza: la seconda sfida*. Roma: Borla.
- Ferrari, A. B. (2005). *Il pulviscolo di Giotto. Saggi psicoanalitici sullo scorrere del tempo*. Milano: FrancoAngeli.
- Ferrari, A. B. & Stella, A. (1998). *L'alba del pensiero*. Roma: Borla.
- Maturana, H. R. & Varela, F. J. (1985). *Autopoiesi e cognizione. La realizzazione del vivente*. Padova: Marsilio.
- Morin, E. (2011). La sfida della complessità. In A. Anselmo & G. Gembillo. (a cura di) *Le défi de la complexité*. Firenze: Le Lettere.
- Von Foerster, H. (1987). *Sistemi che osservano*. Roma: Astrolabio.